



## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### RESOLUÇÃO Nº 21.806

#### CONSULTA Nº 1.065 - CLASSE 5ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília)

**Relator:** Ministro Fernando Neves.

**Consulente:** Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Consulta. Recebimento. Petição. Art. 73, V, Lei nº 9.504/97. Disposições. Aplicação. Circunscrição do pleito. Concurso público. Realização. Período eleitoral. Possibilidade. Nomeação. Proibição. Ressalvas legais.

1. As disposições contidas no art. 73, V, Lei nº 9.504/97 somente são aplicáveis à circunscrição do pleito.

2. Essa norma não proíbe a realização de concurso público, mas, sim, a ocorrência de nomeações, contratações e outras movimentações funcionais desde os três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.

3. A restrição imposta pela Lei nº 9.504/97 refere-se à nomeação de servidor, ato da administração de investidura do cidadão no cargo público, não se levando em conta a posse, ato subsequente à nomeação e que diz respeito à aceitação expressa pelo nomeado das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo.

4. A data limite para a posse de novos servidores da administração pública ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, nos termos do art. 13, § 12, Lei nº 8.112/90, desde que o concurso tenha sido homologado até três meses antes do pleito conforme ressalva da alínea c do inciso V do art. 73 da Lei das Eleições.

5. A lei admite a nomeação em concursos públicos e a consequente posse dos aprovados, dentro do prazo vedado por lei, considerando-se a ressalva apontada. Caso isso não ocorra, a nomeação e consequente posse dos aprovados somente poderão acontecer após a posse dos eleitos.

6. Pode acontecer que a nomeação dos aprovados ocorra muito próxima ao início do período vedado pela Lei Eleitoral, e a posse

poderá perfeitamente ocorrer durante esse período.

7. Consoante exceções enumeradas no inciso V, art. 73, as proibições da Lei nº 9.504/97 não atingem as nomeações ou exonerações de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; as nomeações para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; as nomeações ou contratações necessárias à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo e as transferências ou remoções *ex officio* de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários.

Vistos, etc.,

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, receber a consulta como petição e decidi-la, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 8 de junho de 2004.

Ministro CELSO DE MELLO, presidente em exercício

Ministro FERNANDO NEVES, relator

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO FERNANDO NEVES: Sr. Presidente, trata-se de consulta formulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por intermédio da Superintendente de Recursos Humanos da autarquia, nos seguintes termos (fl. 2):

"Considerando que esta Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL encontra-se na iminência da realização do concurso público para composição de seu quadro de pessoal, em atendimento às determinações exaradas pela Medida Provisória nº 155, de 23 de dezembro de 2003, e consoante as implicações da legislação no que tange a homologação e posse de novos servidores em ano eleitoral, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

a) Qual a data-limite para a posse de novos servidores detentores de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo?

b) Há alguma permissão para a posse após a data-limite indicada?

c) O servidor pode optar, com base no edital do concurso, por tomar posse depois da data-limite?

d) Há tratamento diferenciado para aplicação da lei eleitoral, no que se refere a posse de novos servidores, entre o Executivo e os demais poderes?

(...)"

A Coordenadoria Técnica deste Tribunal (COTEC), com a anuência da Secretaria de Recursos Humanos (SRH), assim se pronunciou sobre a matéria (de fls. 4-8):

"(...)

2. A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, nas disposições referentes às condutas vedadas aos agentes públicos, dispõe:

*‘Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:*

(...)

*V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, **na circunscrição do pleito**, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:*

- a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;*
  - b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;*
  - c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;*
  - d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;*
  - e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;*
- (...)' (grifo nosso)*

3. Por seu turno, a Resolução nº 21.518, de 07 de outubro de 2003, instituiu o calendário eleitoral para as eleições de 2004, dispondo:

'O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, usando das atribuições que lhe confere o art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir as seguintes Instruções:

(...)

(3 de julho — Sábado)

(três meses antes)

1. data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas (Lei nº 9.504/97, art. 73, incisos V e VI, a):

**I — nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar**

**vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:**

- a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
  - b) nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;
  - c) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 3 de julho de 2004;**
  - d) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;
  - e) transferência ou remoção ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários;
- (...)' (grifo nosso)

4. Note-se que a Lei nº 9.504/97 e a Res. TSE nº 21.518/03 não proíbem a realização de concursos públicos em ano eleitoral. Vedam apenas a nomeação dos aprovados em concursos realizados e homologados três meses antes e na circunscrição do pleito. Neste caso, a nomeação só poderá ser feita após a posse dos eleitos.

5. A alínea "c" do inciso V do Art. 73, da Lei 9.504/97, ao autorizar a nomeação de aprovados em concurso públicos homologados até 03 meses antes do pleito, reforça a tese de que não há proibição para a realização de concursos públicos em ano eleitoral.

6. Nesse mesmo sentido, manifestou-se o Tribunal Superior Eleitoral, embora em data anterior à da vigência da Lei 9.504/97, na Resolução 19.572, de 28.5.96, publicada no D.J. de 17.6.96:

'CONSULTA. CONCURSO PÚBLICO. ANO ELEITORAL. A matéria está regulada na Lei nº 6.091/74, art. 13, que veda a nomeação do candidato aprovado em concurso que não haja sido realizado antes dos três meses anteriores às eleições, até

o término do mandato do Chefe do Poder Executivo, nada dispondo sobre a validade de concurso realizado neste período.

(...).

## VOTO

O EXMº SR. MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR):

Senhor Presidente, a matéria está regulada na Lei Etelvino Lins (Lei nº 6.091/740, mais precisamente no seu art. 13, que dispõe:

'Art. 13. São vedados e considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem qualquer direito para o beneficiário, os atos que, no período compreendido entre os noventa dias anteriores à data das eleições parlamentares e o término, respectivamente do mandato do Governador do Estado; importem nomear, contratar, designar, readaptar ou proceder a quaisquer outras formas de provimento de funcionário ou servidor na administração direta e nas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mistas dos Estados e Municípios, salvo os cargos em comissão e da magistratura, do Ministério Público e, com aprovação do respectivo órgão legislativo, dos Tribunais de Contas e **os aprovados em concursos públicos homologados até a data da publicação desta Lei.**' Grifei.

Como se vê, o que se veda é a nomeação do candidato aprovado em concurso que não haja sido realizado e homologado antes dos três meses anteriores às eleições, até o término do mandato do Chefe do Poder Executivo, nada dispondo a lei sobre a validade ou não de concurso realizado dentro de tal período.

(...)'

7. Da leitura dos artigos supracitados, detendo-nos aos questionamentos feitos pela ANEEL, temos que:

Questão "a":

Não há data limite para a nomeação de novos servidores no Poder Executivo, desde que os concursos tenham sido homologados até três meses antes do pleito, no caso 3 de julho de 2004. Caso contrário, as nomeações e posses deverão aguardar a posse dos eleitos.

Questão "b":

A Lei 8.112/90, art. 13, § 12, determina que o servidor público tem trinta dias para tomar posse, contados da publicação do ato de provimento, ou seja, da nomeação, sob pena de o mesmo ser tornado sem efeito.

Questão "c":

A Lei 9.504/97, art. 73, V, proíbe a realização de atos de nomeação, caso o concurso não tenha sido homologado no prazo de até três meses antes do pleito. S.n.n.j., uma vez que não poderão ser feitas nomeações no referido período, entende-se que não haverá a necessidade de prorrogação de prazos para a posse.

Questão "d":

As proibições do art. 73, V, da Lei 9.504, não atingem as nomeações ou exonerações de cargos em comissão ou função comissionada; nomeação para os cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos Órgãos da Presidência da República; nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, e a transferência ou remoção ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários segundo o que estabelece o mencionado dispositivo.

8. Cabe ressaltar que os esclarecimentos prestados, s.m.j., só alcançam a consulente quando se tratar de eleições federais, posto que as restrições impostas pelo artigo 73, V, só têm aplicação na circunscrição do pleito.

9. No tocante à definição da circunscrição do pleito, assim estabelece o Código Eleitoral (Lei nº 4737/1965):

*'Art. 86. Nas eleições presidenciais, a circunscrição será o país; nas eleições federais e estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo Município.'*  
(negritamos)

10. Uma vez que as vedações do art. 73, V, da Lei nº 9.504/97 alcançam apenas a circunscrição do pleito, entende esta Seção que, em se tratando de eleições municipais, não fica impedida a atuação do Poder Público estadual, distrital ou federal.

11. Desta forma, a ANEEL, entidade autárquica federal, nas eleições de 2004, s.m.j., não está sujeita às vedações impostas pela Lei nº 9.504/97, uma vez que, por se tratar de

eleições municipais, fica restringida apenas a atuação do Poder Público municipal, e, ainda assim, caso o concurso não tenha sido homologado até o período de três meses que antecede ao pleito.

12. Assim, entende esta Seção que, por se tratar apenas de eleições municipais, não há óbices à nomeação de aprovados em concursos realizados pela Consulente para o exercício em qualquer das unidades da Federação.

13. Por fim, cumpre lembrar que tramita nesta Corte consulta formulada pela Agência Nacional de Telecomunicações, — ANATEL, protocolo 3914/2004, em termos semelhantes aos da ANEEL

(...)'.

O eminente Diretor-Geral sugeriu a distribuição do feito para deliberação da Corte, o que foi determinado pelo ilustre Presidente à fl. 20, tendo sido o processo distribuído à minha relatoria.

Instada a se manifestar, a Assessoria Especial da Presidência (AESP) assim opinou (de fls. 22-27):

"(...)

Preliminarmente, quanto à competência deste egrégio Tribunal Superior Eleitoral para responder consultas, dispõe o inciso XII do art. 23 do Código Eleitoral, in verbis:

'Art. 23. Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior:  
XII — responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político;

.....

No caso em exame, a consulta versa sobre matéria não eleitoral (matéria administrativa), o que não se amolda aos requisitos capitulados no supracitado preceptivo do Código Eleitoral.

Assim, caso corroborado o entendimento ora expendido, sugere esta Unidade o não conhecimento da presente Consulta, facultando-se a consulente submeter a matéria a esta Corte Superior mediante processo administrativo.



Entretanto, caso Vossa Excelência entenda preenchidos os pressupostos capitulados no supracitado dispositivo do Código Eleitoral, prossegue a informação desta Assessoria com a análise do mérito da presente Consulta.

Assim, adentrando-se no mérito, calha trazer à baila o inciso V do artigo 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997:

‘Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

.....  
V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

- a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;
- c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;
- d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;
- e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;

Ademais, dispõe a resolução nº 21.518, de 07 de outubro de 2003:

‘O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, resolve expedir as seguintes instruções:

(...)

(3 de julho — Sábado)

(três meses antes)

1. data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas (Lei nº 9.504/97, art. 73, incisos V e VI, a):

I — nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, **na circunscrição do pleito**, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

- a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- b) nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;
- c) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 3 de julho de 2004;
- d) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;
- e) transferência ou remoção ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários;

(...)' (grifos não originais).

Nesse sentido, lecionam Alberto Rollo e Enir Braga:

'Inciso V - Esta é a vedação sobre movimentação funcional, proibindo-se, desde três meses antes do pleito, até a posse dos eleitos atos de nomeação, contratação, admissão, demissão e demais verbetes que o dispositivo enuncia, considerando-se nulos esses atos, se praticados.

A ressalva também está presente, já que podem ser nomeados e demitidos ocupantes de cargos em confiança, podem ser nomeados os aprovados em concurso com homologação anterior a esses três meses, podem ser nomeados magistrados, membros de Tribunais de Contas e do Ministério Público, entre outros.

Serviços inadiáveis ou essenciais, como a instalação de um posto de saúde, por exemplo, também podem merecer nomeação de funcionários. A ressalva também alcança agentes penitenciários, policiais civis e servidores militares.

O inciso e as ressalvas, um pouco mais completos, mantém a vigência do art. 13 da Lei nº 6.091/74.

O inciso, como a legislação anterior, existem para proteger os funcionários públicos de movimentos não pretendidos, usados como forma de retaliação para aqueles que não aderirem'. (in Comentários à Lei Eleitoral nº 9.504/97).

Em adição, a Resolução nº 19.572, de 28 de maio de 1996, Relator Ministro Ilmar Gaivão:

#### CONSULTA. CONCURSO PÚBLICO. ANO ELEITORAL.

A matéria está regulada na Lei nº 6.091/74, art. 13, que veda a nomeação do candidato aprovado em concurso que não haja sido realizado antes dos três meses anteriores às eleições, até o término do mandato do Chefe do Poder Executivo, nada dispondo sobre a validade de concurso realizado neste período.

Assim, infere-se que a legislação em vigor não proíbe a realização de concurso público em ano eleitoral. Proíbem apenas a nomeação, demissão, admissão, e demais movimentações funcionais previstas, desde três meses antes do pleito até a posse dos eleitos e na circunscrição do pleito.

Sublinhe-se que o inciso V da Lei nº 9.504/97 apenas tem aplicação na circunscrição do pleito. No caso de Eleições Municipais, há de se considerar circunscrição a área territorial do município. Assim, nas eleições deste ano, a ANEEL não está sujeita às imposições do inciso V da Lei nº 9.504 por sua natureza de entidade autárquica federal, não havendo impedimentos à nomeação de servidores aprovados em seus concursos para o exercício em qualquer das unidades da Federação.

Assim, quanto à questão "a", dispõem os §§ 12 e 22 do artigo 13 da Lei nº 8.112/90 (com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97):

Art.

13.....

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento

§ 2º Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas "a", "b", "d", "e" e "f", IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento.

Assim, em regra, a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da data da publicação do ato de provimento, desde que o concurso tenha sido homologado até três meses antes do pleito (no caso de eleições federais). Caso não haja a homologação no prazo estipulado, pode-se responder a questão "b", em que a posse dos servidores deverá aguardar a posse dos eleitos.

Quanto à questão "c" pugna esta Assessoria pela resposta negativa. O § 62 do artigo 13 da Lei nº 8.112 preconiza que será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de trinta dias.

No que tange à questão "d", leciona o professor Ulisses de Jesus Maia kotsifas: 'Não poderá ser efetivada qualquer alteração no quadro de funcionários, quer seja através de nomeação, demissão sem justa causa, concedendo ou retirando vantagens, transferências, remoções pelo período que vai de três meses antes das eleições, até a posse dos eleitos. A lei prevê algumas exceções: 5.1 — A regra acima não se aplica aos funcionários de cargos em confiança inclusive as funções de confiança; 5.2 — Poderá ser efetivada a nomeação de cargos do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas e dos órgãos da Presidência da República; 5.3 — Será permitida a nomeação dos aprovados em concurso público, desde que o concurso tenha sido homologado até três meses anteriores ao pleito; 5.4- Em casos de extrema necessidade, para atender serviços inadiáveis, será permitida a nomeação. Nesse caso o chefe do Poder Executivo deverá dar autorização expressa; 5.5- Os militares, policiais civis e agentes penitenciários, poderão ser removidos'. (in Eleições 98. Comentários à Nova Lei Eleitoral).

Assim, percebe-se tratamento nos casos elencados nas alíneas nº 9.504.

Ante o exposto, elaborada a Assessoria Especial, elevo os considerações de Vossa Excelência".

É o relatório.

## **VOTO**

O SENHOR MINISTRO FERNANDO NEVES (relator): Sr. Presidente, recebo a consulta como petição.

Ressalto que a ANEEL, entidade autárquica federal, nas eleições de 2004 não está sujeita às vedações impostas pela Lei Eleitoral, uma vez que, por se tratar de eleições municipais, essas disposições são aplicáveis tão-somente à circunscrição do pleito, conforme expressamente prevê a regra do art. 73, V, da Lei nº 9.504/97.

Essa norma não proíbe a realização de concurso público, mas, sim, a ocorrência de nomeações, contratações e outras movimentações funcionais desde os três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito.

Ademais, esclareço que a restrição imposta pela Lei nº 9.504/97 se refere à nomeação de servidor, ato da administração de investidura do cidadão no cargo público, não se levando em conta a posse, ato subsequente à nomeação e que diz respeito à aceitação expressa pelo nomeado das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo.

Feitas essas considerações, respondo aos questionamentos formulados, como se oriundos de órgão ou Poder pertencente à circunscrição do pleito, aplicando-se, portanto, as determinações contidas na Lei Eleitoral.

Quanto à primeira pergunta; a data limite para a posse de novos servidores da administração pública ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, nos termos do art. 13, § 12, Lei nº 8.112/90, desde que o concurso tenha sido homologado até três meses antes do pleito, conforme ressalva da alínea c do inciso V do art. 73 da Lei das Eleições.

No que se refere às segunda e terceira perguntas, a lei admite a nomeação em concursos públicos e a consequente posse dos aprovados dentro do prazo vedado por lei, considerando-se a ressalva apontada. Caso isso não ocorra, a nomeação e consequente posse dos aprovados somente poderão acontecer após a posse dos eleitos.

Além disso, pode acontecer de a nomeação dos aprovados ocorrer muito próxima ao início do período vedado pela Lei Eleitoral, e a posse poderá perfeitamente ocorrer durante esse período.

Quanto à última indagação, consoante exceções enumeradas no inciso V, art. 73, as proibições da Lei nº 9.504/97 não atingem as nomeações e exonerações de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; as nomeações para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; as nomeações ou contratações necessárias à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo e as transferências ou remoções ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários

### **EXTRATO DA ATA**

Cta nº 1.065/DF. Relator: Ministro Fernando Neves. Consulente: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, recebeu a consulta como petição e a decidiu, nos termos do voto do relator. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Carlos Velloso.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello. Presentes os Srs. Ministros Marco Aurélio, Francisco Peçanha Martins, Humberto Gomes de Barros, Fernando Neves, Luiz Carlos Madeira e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral.

**SESSÃO DE 8.6.2004**

#### **CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico a publicação desta resolução no Diário da Justiça de 12 /07/04\* fls. 02.

Eu, \_\_\_\_\_, lavrei a presente certidão.